



Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC/SP)
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
REF.: 914BRZ3050/EDITAL Nº 04

Contrato Unesco nº SA-2033/2020

Contribuição com aporte de conhecimento técnico para aprimorar as ações do Departamento de Educação em Direitos Humanos da SMDHC/SP, auxiliando no desenvolvimento de instrumentos voltados à temática e expandindo estratégias de atuação junto a serviços públicos, órgãos colegiados, sociedade civil, profissionais do sistema de justiça e segurança urbana, educação, saúde e juventude.

Produto 1 - Documento Técnico contendo subsídios para composição de material didático e paradidático sobre Educação em Direitos Humanos a ser utilizado em atividades formativas do DEDH.

Paula Alegria
São Paulo
2020

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. Direitos Humanos, Igualdade e Diferença.....	4
1.1. Educação em Direitos Humanos: Construindo um terreno comum	5
1.2. Direitos Humanos em Disputa: Desafios no Brasil contemporâneo	7
1.3. Educação em Direitos Humanos e os Marcadores Sociais da Diferença: Uma proposta de reelaboração dos conteúdos das ações formativas do DEDH... 10	
2. Produto 1: Mapeando caminhos possíveis.....	12
2.1. Recomendações preliminares: Formações atuais e desafios do futuro	12
2.2. Proposta de reestruturação das atividades formativas: Eixos temáticos e sistematização de blocos de formação	16
2.3. Sistematizando o acervo: O que já se tem e o que se pretende fazer	26
3. Plano de trabalho: Cronograma geral e metodologia.....	27
3.1. Produto 1.....	27
3.2. Produto 2.....	27
3.3. Produto 3.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

INTRODUÇÃO

O presente documento insere-se no escopo do Projeto 914BRZ3050 (edital Nº 04/2020)¹, fruto do acordo de cooperação técnica firmado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura de São Paulo, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC/SP). O eixo central desta consultoria situa-se no esforço de conceder aporte de conhecimento técnico para o aprimoramento das ações já realizadas pelo Departamento de Educação em Direitos Humanos, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de instrumentos voltados ao tema e aprofundar e expandir estratégias de atuação junto aos demais serviços públicos, órgãos colegiados, sociedade civil, profissionais do sistema de justiça e segurança urbana, educação, saúde e juventude.

Na primeira parte do documento, dedico-me a descrever brevemente os contextos políticos e as atribuições semânticas associadas ao conceito de direitos humanos (DH) e, conseqüentemente, de Educação em Direitos Humanos (EDH) para, então, abordar a maneira como são aplicados e incorporados os diferentes usos e sentidos do termo para a promoção e efetivação de políticas públicas voltadas para o tema. Após apresentar o panorama geral sobre a recepção da ideia de (E)DH no país, destaco os compromissos firmados pela cidade de São Paulo, sob a coordenação da secretaria a que se dirige esta preliminar avaliação, valendo-me dos referenciais teórico-metodológicos que orientam as ações desenvolvidas pela SMDHC/SP.

Ao percorrer um breve percurso histórico e analítico, é possível justificar não só o encadeamento de ideias e conceitos privilegiados para a proposta de reelaboração dos conteúdos dirigidos às atividades formativas do DEDH, como também a relevância política deste empreendimento nos tempos atuais. Na segunda parte, portanto, com base no referencial disposto na seção anterior, descrevo o quadro atual das formações, seus públicos específicos, demandas e desafios recentes. Em seguida, detenho-me ao detalhamento da organização e sistemática das novas formações, incluindo a distribuição dos temas de cada módulo, as adaptações específicas dos diferentes grupos interlocutores e o cronograma de trabalho para os próximos meses.

Por fim, proponho um argumento consolidador para a efetivação da reelaboração programática proposta e reconheço algumas das limitações constitutivas de uma atividade de consultoria como esta, apontando ressalvas inerentes à delimitação do escopo e da exequibilidade das ações no tempo previsto para a sua realização e sugerindo caminhos possíveis para desdobramentos futuros.

¹ Disponível em:

http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2020/Maio/29/cidade/pdf/pg_0029.pdf.

1. Direitos Humanos, Igualdade e Diferença

(...) nada mais importante do que trazer cada vez mais para perto das realidades e instituições do Município de São Paulo o desafio de pensar e articular permanentemente o campo da Educação em Direitos Humanos, concretizando um lema constante da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 26, parágrafo 2º, ONU, 1948): “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (Trecho do Decreto Nº 57.503, de 6 de dezembro de 2016)²

Quando, em 2013, a criação de uma Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania na cidade de São Paulo firma, por vias institucionais, um pacto permanente pelos direitos humanos, impôs-se o desafio de reconhecer e definir os meios e as condições para a sua efetivação no cotidiano da vida urbana paulistana. Desde então, atualizam-se os usos e os sentidos atribuídos ao papel da secretaria e se revezam as compreensões ideológicas a que orientam. Ao longo desta primeira seção, retomarei parte dessa história de disputas e reconfigurações.

1.1. Educação em Direitos Humanos: Construindo um terreno comum

“Toda prática educativa implica numa concepção dos seres humanos e do mundo. A experiência nos ensina que nem todo óbvio é tão óbvio quanto parece” (Paulo Freire, 2006)

Às vésperas do 72º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos³, a noção à época materializada tarda ver-se livre de tensões e conflitos. O contexto atual, no Brasil e no mundo, reacende as disputas em torno do conceito e coloca em suspensão o consenso travado em 1948, a partir dos 30 artigos proclamados pela Declaração. Na América Latina, a memória dos tempos de ditadura civil-militar e o passado de autoritarismos e violações desdobram-se tanto na fragilidade da promoção de políticas públicas quanto na interpretação difusa sobre a consolidação desses direitos. Se, por um lado, assistimos apenas recentemente à ampliação de mecanismos de denúncia e proteção aos direitos fundamentais, por outro, a cadência desses

² Disponível em: [//legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57503-de-06-de-dezembro-de-2016](http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57503-de-06-de-dezembro-de-2016)

³ Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423_por

processos mostra-se ainda desigual, quando comparadas as maiores ou menores celeridades dentre os países latino-americanos.

No que tange ao Brasil, foi na década de 1990, com a criação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que o país declarou oficialmente o compromisso permanente com a garantia dos direitos individuais e coletivos. Nos anos seguintes, a partir da instituição das Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM), diretamente ligadas à Presidência da República, o campo de políticas públicas no âmbito dos direitos humanos avança, se institucionaliza e sofisticada – a exemplo das atualizações do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 2002 e em 2009.

Também data dos anos 2000 a publicação dos primeiros Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O documento, que traça diretrizes e princípios para a promoção dos direitos humanos a partir da educação, demorou, no entanto, a se consolidar como política pública nas esferas estatais e municipais. São Paulo, a maior e mais populosa cidade do país, até 2013, não havia desenvolvido uma política pública sistemática nessa direção.

Há sete anos, sob a avaliação da necessidade de construção de uma cidade mais inclusiva em termos programáticos, estabelecem-se decisões importantes, como a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio do Decreto nº 53.685/2013⁴. No bojo do processo de expansão da compreensão dos direitos humanos como pilar para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, desenrolam-se outras políticas de inclusão e participação social. Dentre as ações, destaca-se aqui o desafio assumido pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos (EDH), em 2013, para o fortalecimento da perspectiva de EDH e a efetivação de políticas voltadas para a articulação entre os dois campos.

Embora a noção de EDH tenha ganhado repercussão expressiva nos últimos 20 anos, é desde a década de 1960, pelo menos, que essa ideia toma parte de debates públicos e de teorias do âmbito da educação. Neste sentido, vale ressaltar a obra de Paulo Freire, que, mesmo antes de promulgada a chamada “Constituição Cidadã” (1988)⁵, já lançava luz sobre a necessidade de se conceber o que chamou de “educação libertadora” – termo que se traduz no ato de *conhecer* a realidade para, então, *transformá-la*. Entre 1960 e 1980, no germinar e no fenecer da ditadura, os métodos e os escritos da pedagogia freireana se espalharam pelo país – e pelo mundo –, desvelando os debates sobre educação e desigualdade.

⁴ Disponível em: legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-53685-de-01-de-janeiro-de-2013

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Hoje, a tradição pedagógica de Paulo Freire, comprometida com o desenvolvimento crítico das diferenças e das subjetividades voltadas para a ação política, atualiza-se sob a perspectiva dos direitos humanos ao se colar à crítica às relações sociais de dominação e opressão reproduzidas no Brasil. Ao colocar em articulação as vivências da vida cotidiana e a prática pedagógica, Freire tenciona a concepção tradicional de educação, desdobrando-a à dimensão incontornável da “experiência concreta” dos indivíduos na realidade que experimentam. Neste sentido, o educador atribui ao fazer pedagógico o desafio privilegiado de incorporar a “experiência brasileira” de exclusão, violência e desigualdade nas políticas de democratização. É sob a faísca acendida por Freire que as políticas em torno da EDH se desenrolarão com mais intensidade a partir daí: para o autor, há que se trabalhar com o sujeito de direitos em suas circunstâncias concretas, orientá-lo para o exercício da “educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (Freire, 2009).

Ao justificar a aproximação da pedagogia freireana com a criação e implementação de políticas públicas de EDH na cidade de São Paulo, é possível fundamentar o presente documento sob o alicerce teórico de saberes acadêmicos e o viés histórico das ações já desenvolvidas pelo departamento a que se dirige esta avaliação preliminar (DEDH/SMDHC-SP), como as ações dos Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDH), o Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos e os conteúdos e objetivos das formações educativas, por exemplo⁶. Tal engajamento não se separa, portanto, do quadro apresentado pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), ou seja, constitui ele próprio a intuito de conceber pedagogicamente “Um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação dos sujeitos de direitos”⁷.

A compreensão crítica sobre o que são, afinal, os direitos humanos quando aplicados à educação – tanto ao longo deste documento quanto no histórico de atividades realizadas pela referida Secretaria – ampara-se mais na dimensão da experiência como atributo fundante e mobilizador do que nas interpretações abstratas sobre suas origens e significados. É deste modo, por fim, que se estabelece a presente proposta de construção coletiva de um terreno comum de entendimento sobre o que tratamos aqui: a associação inegociável entre os princípios da democracia, da justiça e da equidade com a dimensão dos direitos humanos no plano estratégico das práticas educativas voltadas para a formação de sujeitos críticos, vigilantes e participativos.

⁶ Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/plano-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos>

1.2. Direitos Humanos em Disputa: Desafios no Brasil contemporâneo

Se a Educação em Direitos Humanos não se restringe à produção acadêmica e teórica sobre o que são ou de onde vêm, tampouco os seus modos de operar devem ser tidos como ferramentas exclusivamente técnicas, de caráter “funcionalista” ou “instrumentalizadora”, como se fosse possível reduzi-los a conteúdos preestabelecidos voltados para a sociedade neoliberal e o mercado de trabalho. Tal validação retoma a premissa formulada por Maria Victoria Benevides (2000) no sentido de reconhecer a prática da EDH como um exercício compartilhado, de fundo tanto emocional quanto racional. Para a autora, trata-se, antes, da formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, encabeçada pela promoção e pela vivência de valores como a liberdade, a justiça, a igualdade, a solidariedade, a cooperação, a tolerância e a paz. Para sistematizar o argumento, Benevides vale-se da distinção de três pontos fundamentais (2000, p.01): “(...) primeiro é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e, terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos”.

Os termos elencados por Maria Vitória Benevides trazem à tona ao menos duas acepções dissonantes sobre a EDH, grosso modo: uma com base na ideia de “cultura” como algo que se aproxima da “conservação” (costumes, tradições, crenças e valores); e outra que se refere mais enfaticamente à “necessidade de mudança”. Sobre essa última, importa destacar a centralidade na transformação das mentalidades, muitas vezes marcadas, segundo Benevides, por discriminações e pela não-aceitação da diferença. Trata-se de uma “mudança radical” que implica a “derrocada de valores e costumes arraigados” (Benevides, 2000, p.2). No caso brasileiro, a autora enumera alguns desses enraizamentos, dos quais destaco dez:

- a) o longo período de escravidão;
- b) a política oligárquica e patrimonial;
- c) o sistema de ensino autoritário, elitista, e com preocupação voltada mais para a moral privada do que para a ética pública;
- d) a complacência com a relação de privilégios concedidos a cidadãos ditos de “primeira classe” ou acima de qualquer suspeita;
- e) o descaso com a violência exercida contra pobres e socialmente discriminados;
- f) as práticas religiosas ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça;
- g) o sistema familiar patriarcal e machista;

- h) a sociedade racista e preconceituosa contra os considerados diferentes;
- i) o desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário;
- j) o individualismo consumista, decorrente da falsa ideia de “modernidade”.

Ao analisar os termos da “mudança cultural” proposta por Benevides (2000; 2013), chama a atenção o teor dos argumentos listados. Dentre os exemplificados acima, ao menos sete referem-se explicitamente a mudanças socialmente marcadas, isto é, a transformações na maneira como imaginamos e lidamos com a diferença social, seja no âmbito das relações étnico-raciais (como o legado da escravidão), nas relações de classe e origem (a exemplo da sistematização de privilégios e reprodução de violências contra grupos sociais específicos), gênero e sexualidade (como no sistema familiar e na matriz heteronormativa que o sustenta) ou do viés religioso (tomado pela autora na compreensão enviesada das religiões sobre complexos morais e éticos).

Portanto, convém enfatizar que o conteúdo das mudanças expressas pela prática radical da Educação em Direitos Humanos na formação dos sujeitos, segundo Maria Vitória Benevides (2000; 2013), ampara-se não em dimensões vagas ou impessoais, mas na maneira como existimos, experimentamos e nos apresentamos no/ao mundo: nossa cor/“raça”/etnia, nossa classe social, origem, gênero/sexo biológico, expressão sexual/afetiva e até religiosa são o que orienta o escopo mais amplo da agenda da EDH.

A apreensão dos modos de constituição e leitura das diferenças sociais entre os sujeitos é aprofundada por Vera Maria Candau (2007) quando tenciona a correlação de forças marcada pela assimetria das relações sociais no Brasil e o seu impacto para o desenvolvimento das políticas de Educação em Direitos Humanos. A autora destaca o caráter polissêmico da ideia de direitos humanos (e, conseqüentemente, de EDH) ao abordar a maneira como diferentes marcos ideológicos impõem entre si disputas políticas e simbólicas em torno do que são e para que servem. Para tanto, Candau (2007) distingue pelo menos dois grandes enfoques em constante tensão no cenário brasileiro: 1) o primeiro marcado pela ideologia neoliberal; e 2) o segundo mediado por propostas contra hegemônicas (Candau, 2007, p.407-408):

O primeiro, marcado pela ideologia neoliberal, tende a ver a preocupação com os Direitos Humanos como uma estratégia de melhorar a sociedade dentro do modelo vigente, sem questioná-lo. Enfatiza os direitos individuais, as questões éticas e os direitos civis e políticos, estes, centrados na participação nas eleições. (...) O horizonte de cidadania passa pela formação de sujeitos produtores e

empreendedores, assim como consumidores. (...) O segundo enfoque parte de uma visão dialética e contra-hegemônica, em que os Direitos Humanos são vistos como mediações para a construção de um projeto alternativo de sociedade: inclusiva, sustentável e plural. Enfatiza uma cidadania coletiva, que favorece a organização da sociedade civil, privilegia os atores sociais comprometidos com a transformação social e promove o empoderamento de grupos marginalizados. Afirma que os direitos políticos não podem ser reduzidos a rituais eleitorais.

Embora, em muitos casos, as duas perspectivas se combinem, é importante identificar a matriz predominante em cada enfoque. Tal exercício, segundo Candau (2007), é fundamental para reunir subsídios capazes de orientar a decisão sobre a quais caminhos se opor ou apoiar. No Brasil, a desmembração desses dois grandes grupos em muitos outros – diversos, ambíguos e dinâmicos entre si – projeta realidades que atualizam, acentuam e/ou atenuam experiências de exclusão e desigualdade historicamente reproduzidas. Os sujeitos tidos como “diferentes”, ou seja, aqueles “marcados” por atributos sociais que menos se adequam a sistemas marcados pela produtividade, pela competitividade e pela lógica do mercado (os “perdedores” ou os “descartáveis”), são redistribuídos situacionalmente no campo político, ao sabor das tensões nas esferas institucionais, contradições ideológicas e disputas simbólicas mais ou menos conflitivas ao longo do tempo e do manejo das governabilidades.

Sob essa perspectiva, Vera Candau avança nos caminhos programáticos para a afirmação dos direitos fundamentais de cada sujeito ou grupo. Para ela, só é possível articular a afirmação da EDH a partir do reconhecimento do direito à diferença em todas as práticas sociais e esferas democráticas; e cita Boaventura dos Santos (2008, p.316): “temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”⁸.

É no bojo em que emergem as (re)elaborações teóricas e as disputas ideológicas brevemente descritas que se situa a presente proposta de reconfiguração dos materiais

⁸ Ao retomar a citação de Boaventura dos Santos (2008), é importante enfatizar que se trata de opor igualdade à diferença, como lembra Candau (2007, p.400): “De fato, a igualdade não está oposta à diferença e sim, à desigualdade. Diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização (...). O que estamos querendo trabalhar é, ao mesmo tempo, negar a padronização e lutar contra todas as formas de desigualdade presentes na nossa sociedade. Nem padronização nem desigualdade. E sim, lutar pela igualdade e pelo reconhecimento das diferenças. A igualdade que queremos construir, assume a promoção dos direitos básicos de todas as pessoas. No entanto, esses todos não são padronizados (...). Têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elementos de construção da igualdade. Hoje não se pode mais pensar na afirmação dos Direitos Humanos a partir de numa concepção de igualdade que não incorpore o tema do reconhecimento das diferenças, o que supõe lutar contra todas as formas de preconceito”.

didáticos e paradidáticos utilizados nas atividades formativas do Departamento de Educação em Direitos Humanos da SMDHC/SP. Ao conceber ferramental analítico para compreender os processos de expansão e transformação da ideia de EDH no Brasil, a literatura contribui também para a interpretação das mudanças sociais e culturais e das reformas institucionais em curso hoje. Neste sentido, convém ressaltar que a proposta de trabalho exposta nas seções a seguir busca responder ao desafio de atravessar democraticamente o período de “grande estresse social”⁹ por que passamos e reflete o compromisso das entidades envolvidas de abrir caminhos possíveis de diálogo e construção democrática.

1.3. Educação em Direitos Humanos e os Marcadores Sociais da Diferença: Uma proposta de reelaboração dos conteúdos das ações formativas do DEDH

“Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade” (bell hooks, 2013, p.273)

Ao tomar a diferença social como constitutiva da realidade que cada sujeito ou grupo experimenta, a dimensão política da Educação em Direitos Humanos se desdobra em práticas pedagógicas que iluminam a perspectiva crítica e cidadã sobre o lugar dos sujeitos no mundo e a problematização das vivências concretas que experimentam na vida cotidiana. Embora, para alguns, possa parecer um “desvio frívolo” frente a problemas “mais urgentes” (como resolver a questão da fome e do analfabetismo, por exemplo), são nas diferenças impressas no corpo – na leitura social sobre cor/“raça”, gênero, sexualidade, classe, origem e geração – que se materializam as violências e se reproduzem sistematicamente as desigualdades.

Aprofundar, portanto, o debate sobre os marcadores sociais da diferença ao longo das formações em EDH permite não só uma espécie de aterrissagem no mundo concreto das experiências e da maneira de se relacionar com o outro como também abre discussões produtivas para o enfrentamento de questões inerentes aos diferentes

⁹ Em tempos de “grande estresse social”, segundo Gayle Rubin (1984), certos temas assumem-se como merecedores de “especial atenção”, como as questões de gênero e sexualidade. “A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. (...) São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e politizada” (1984, pg. 1).

serviços (como o tema da transexualidade na escola e o uso da violência contra a juventude negra periférica nos debates sobre segurança urbana, por exemplo).

Desse modo, valem as formulações de Simões, França e Macedo (2010) sobre a compreensão dos marcadores sociais da diferença como elementos estruturantes de todo sistema classificatório, a partir da atribuição de diferentes posições a pessoas, objetos e comportamentos. A distinção dos autores sobre a lógica interna articuladora das categorias em sistemas classificatórios e os processos de classificação propriamente ditos ampara-se na definição de categorias que se relacionam umas com as outras; “assim, por exemplo, categorias referentes a sexualidade e gênero inscrevem-se com frequência em matrizes de cor/raça, e vice-versa, tornando-se muitas vezes uma linguagem poderosa para expressar hierarquias e desigualdades sociais mais amplas” (Simões, França e Macedo, 2010, p. 40).

Ao tomá-los como *relação*, o atravessamento dos marcadores em matizes complexos de articulação com categorias com as quais são capazes de conformar e expressar entrelaçamentos de desigualdades e hierarquizações ainda mais densos sugere também a importância de uma abordagem “interseccional”¹⁰ *na e para* a EDH. Isto é, centrando-se no esforço de interpretar consequências estruturais e dinâmicas da intersecção entre dois ou mais eixos (como gênero + “raça” + classe, por exemplo).

Assim, mais do que associar os direitos humanos à ideia abstrata de democracia, igualdade e diferença (ou seja, o fato de que se trata de direitos universais, independentemente das condições sociais, culturais políticas etc), é preciso endereçar o trabalho prático da EDH para a transformação social, levando em consideração as realidades suscitadas pelas diferenças sociais que cada sujeito e grupo interlocutor envolvido carrega no corpo, no exercício cotidiano dos diferentes serviços públicos (educação, saúde, segurança, juventude, mulheres, LGBT etc). Só assim as atividades de formação em EDH poderão contribuir eficientemente para o desenvolvimento da autonomia e da perspectiva crítica e engajada de servidores e usuários diretamente envolvidos nas variadas esferas de prestação de serviço e atendimento ao público.

¹⁰ De acordo com Piscitelli (2013), “interseccionalidade” é uma das categorias que surgem da emergência do debate sobre gênero e sexualidade nas décadas de 1990 e 2000. Tida inicialmente como uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, a categoria trata tradicionalmente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002).

2. Produto 1: Mapeando caminhos possíveis

Reelaborar um projeto de formação em Educação em Direitos Humanos que responda aos anseios de compreensão dos diferentes públicos ao mesmo tempo em que atendem às normativas institucionais, à agenda dos direitos e ao quadro geral da conjuntura nacional é tarefa que detém lá os seus desafios peculiares. Daí, a ênfase na prática da EDH aplicada à vida cotidiana e à realidade suscitada pelos sujeitos e grupos que dela compartilham, de forma a atender contextual e detidamente às demandas particulares de cada agente/serviço, tempo e lugar.

A proposta de organização e sistematização das formações descritas na segunda parte deste documento ampara-se, portanto, na compreensão da EDH como uma prática de formação relacional e contextual; o que implica tomar o princípio da *experiência concreta* – no sentido formulado por Paulo Freire – como horizonte norteador para as atividades formativas, teimando adaptá-las às realidades de cada serviço e grupos de servidores/usuários e dispondo-as às atualizações programáticas próprias do regime democrático de rotatividade de representantes, ideias e legislações.

2.1. Recomendações preliminares: Formações atuais e desafios do futuro

Hoje, o Departamento de Educação em Direitos Humanos da SMDHC/SP assume a criação e a promoção de políticas públicas voltadas para as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), subordinado à Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

As atividades realizadas miram-se, portanto, no objetivo de construir e aprofundar a cultura dos direitos humanos e a prática da cidadania na cidade de São Paulo. Para esse fim, o Departamento reúne iniciativas no âmbito da educação formal e não-formal e da produção de eventos de sociabilidade com o intuito de disseminar o valor do respeito à dignidade de todas as pessoas.

Consta do plano de trabalho do DEDH as seguintes linhas de atuação:

- A formação em valores de direitos humanos e cidadania;
- O incentivo à consciência cidadã e democrática;
- O estímulo ao respeito e à valorização das diversidades;
- A expansão do conhecimento e da prática dos direitos;
- O fortalecimento do convívio democrático.

Convém ressaltar que a proposta descrita a seguir busca contemplar os cinco eixos de engajamento do DEDH e integrá-los metodologicamente ao propósito das ações educativas oferecidas, levando em consideração as relações de afinidade que constituem entre si e os diferentes públicos de interlocutores atendidos.

Em 2019, o objetivo de fortalecer a cultura dos direitos humanos entre os agentes públicos geridos pela secretaria traduziu-se na criação do Programa de Formação para os Agentes da Rede de Serviços da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com especial atenção voltada à prática do atendimento de sujeitos em situação de vulnerabilidade social. No contexto de elaboração do programa, em caráter de projeto-piloto, iniciativa propôs-se também a padronizar e difundir o acesso às informações comuns aos serviços da rede, qualificando a recepção das diferentes demandas e promovendo a integração entre os setores.

A sistematização das atividades desdobrou-se em dois cursos distintos, igualmente acessíveis a todos os agentes públicos da secretaria. O escopo de ambas as formações foi definido com base nos métodos de “sensibilização”, isto é, com o intuito de sensibilizar os sujeitos para questões relativas à dignidade da pessoa humana e ao pleno exercício da cidadania. “Sensibilizar é comover, tornar sensível, é a disseminação do conhecimento buscando informar e esclarecer sobre os problemas cotidianos e reais aos quais segmentos socialmente vulneráveis estão sujeitos, suas possíveis soluções e com isso torná-las participativas”.¹¹

É inspirado por essa perspectiva que o DEDH desenha o projeto “Sensibilizando para o amanhã”, um dos braços do Programa de Formação, e seus dois cursos: 1) “Introdução aos Direitos Humanos” e 2) “Desvendando o Arco-Íris: Mitos e Realidades” (este último voltado para as questões LGBTI+). Ambas as formações foram inicialmente compostas por quatro aulas expositivas, divididas em quatro módulos com duração de uma hora cada. O sucesso da iniciativa resultou na promoção de duas edições com alto número de inscritos e expressivo índice de frequência e participação.

A boa receptividade das atividades e a alta audiência revelam não só o interesse latente nas questões levantadas pelos direitos humanos no mundo atual, como a busca significativa dos agentes públicos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania por informações qualificadas e orientações especializadas sobre modos de agir, falar e se relacionar com a diferença social no exercício das suas funções.

No ano seguinte, em 2020, o fôlego para dar andamento ao projeto foi interrompido pelas medidas de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, publicadas na edição do Decreto Municipal nº Decreto 59.283/20, em março. Declarada

¹¹ Disponível em:
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/programas_e_projetos/formacoes/

a situação de emergência na cidade de São Paulo, o DEDH precisou estabelecer condições mínimas de segurança para a continuidade das aulas, respeitando as limitações impostas pelo quadro pandêmico. Com isso, o Departamento foi levado a migrar a modalidade dos cursos de presencial para EAD (educação à distância).

É diante deste cenário que é publicado o edital que dá origem ao presente documento, definindo as metas e os objetivos o aprimoramento e readequação das atividades educativas realizadas, sob a coordenação do Departamento de Educação em Direitos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo.

Dentre as demandas de reestruturação propostas, a partir da leitura do edital, das reuniões de equipe e alinhamento interno de expectativas relativos à entrega dos materiais encomendados, destaco:

- 1) Adaptação dos conteúdos formativos para a modalidade EAD, incluindo a produção de apostilas didáticas e paradidáticas e apresentações padronizadas no formato PowerPoint relativa a cada aula/módulo;
- 2) Ampliação da carga horária para oito horas distribuídas no total de quatro aulas/módulos com duração de duas horas cada;
- 3) Organização do acervo dos materiais de apoio disponíveis em meio eletrônico (arquivos de produções acadêmicas, documentos oficiais, pesquisas de dados e estatísticas, relatórios, conteúdos legislativos, cadernos temáticos etc);
- 4) Organização do acervo dos materiais de apoio disponíveis nos espaços físicos da secretaria e dos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (bibliotecas, coleções, material de arquivo, registros históricos, manuais etc);
- 5) Organização do acervo de referências multimídia (produções audiovisuais, como vídeos, filmes e animações, recursos disponíveis na web, como portais de monitoramento, páginas/perfis de redes sociais e sites informativos etc);
- 6) Produção de entrevistas/depoimentos no formato de vídeo com a participação de especialistas, servidores e/ou ativistas convidados;

- 7) Criação e sistematização de banco de metodologias participativas aplicáveis aos objetivos de cada curso e público-alvo;
- 8) Produção de estudo analítico para a proposição de ferramentas de monitoramento e avaliação das ações.

Às demandas enumeradas acima somam-se as iniciativas de integração junto às outras Coordenações e Departamentos da SMDHC e a articulação com as demais secretarias e instituições municipais interessadas, bem como a aproximação com grupos de pesquisa universitários, outros órgãos públicos e privados e organizações da sociedade civil, com a finalidade de incluir pautas relevantes, referências de bibliografias, dispositivos multimídia e experiências exitosas.

Os objetivos listados aqui orientam as entregas parciais de três produtos distintos. Na próxima seção, pretendo me dedicar estritamente ao detalhamento do plano de trabalho relativo ao Produto 1, ou seja:

- 1) Revisão do conteúdo dos materiais já utilizados pela SMDHC nas atividades de formação;
- 2) Catalogação do acervo de materiais didáticos disponíveis em meio eletrônico nos arquivos do DEDH;
- 3) Pesquisa bibliográfica preliminar sobre a produção de materiais didáticos e paradidáticos de EDH;
- 4) Análise preliminar de documentos oficiais, legislativos, relatórios, pesquisas e bancos de dados publicados por órgãos públicos e privados e por organizações da sociedade civil;
- 5) Definição dos eixos temáticos, conteúdos programáticos e públicos interlocutores envolvidos.

Com base nas atividades listadas, proponho a seguir o corpo estrutural das novas formações com vistas à elaboração dos subsídios necessários para a etapa subsequente, a qual se refere a consolidação propriamente dita do conteúdo das aulas/módulos dos cursos oferecidos.

2.2. Proposta de reestruturação das atividades formativas: Eixos temáticos e sistematização de blocos de formação

A partir da valorização e do êxito da divisão temática proposta inicialmente para a realização dos cursos “Introdução aos Direitos Humanos” e “Desvendando o Arco-Íris: Mitos e Realidades”, proponho uma matriz curricular que acompanha a abordagem original, pautada pela articulação entre os direitos humanos e os marcadores sociais da diferença (como gênero e sexualidade). Para esse fim, amplio e aprofundo o debate adaptando os recursos do material formativo à realidade concreta de cada serviço/público interlocutor no contato com um *Outro* muitas vezes marcado socialmente por múltiplas camadas de vulnerabilidades.

Neste sentido, justifica-se a escolha pelo desdobramento das atuais formações em três blocos distintos, adequados a realidades e objetivos específicos, sendo: 1) o primeiro dedicado às *formações para os agentes da SMDHC*, em nível intrasetorial; 2) o segundo voltado para a *capacitação de agentes vinculados a demais secretarias*, em caráter intersetorial; e 3) o terceiro endereçado ao público externo, como instituições privadas e organizações da sociedade civil, visando à *formação de multiplicadores orgânicos* (ou “socializadores”) para a ação política e educativa nos seus próprios territórios.

A divisão do Programa de Formação nos três blocos enumerados acima tem por finalidades, a um só tempo:

- a) construir um terreno comum de entendimento sobre os DH e a EDH entre os agentes da própria rede;
- b) fomentar a compreensão sobre o impacto das leituras sociais dos marcadores da diferença para o pleno exercício da cidadania e da experiência democrática nos serviços públicos vinculados a outras secretarias;
- c) padronizar, ampliar e divulgar o acesso qualificado a essas informações para agentes públicos municipais de dentro e fora da SMDHC;
- d) tematizar e aprofundar pautas particulares a cada serviço ou secretaria e contextos de atendimento, desenhando conteúdos e metodologias adequadas às necessidades específicas de cada um;

- e) encaminhar proposições construtivas para o desenho de políticas públicas mais assertivas e fortalecer soluções mais participativas para os problemas do cotidiano no exercício das funções geridas pela prefeitura;
- f) favorecer a construção de um projeto de extensão das formações para além da ingerência municipal, investindo estrategicamente na capacitação de cidadãos que possam multiplicar organicamente o conhecimento adquirido e impactar diretamente os seus territórios;
- g) disseminar a produção e o compartilhamento de boas práticas e saberes qualificados sobre questões latentes na sociedade, contribuindo para o engajamento em ações políticas voltadas para a efetivação dos direitos e das liberdades e, conseqüentemente, para o fortalecimento dos fundamentos da democracia participativa e da sensibilização cidadã.

Como será possível observar, a despeito da variedade de cursos propostos, os conteúdos programáticos obedecem a uma matriz curricular comum, voltada para a introdução ao debate histórico, político e conceitual sobre os direitos humanos. Da mesma maneira, os módulos referentes a gênero e sexualidade respeitam também uma linha de fundamentação teórico-metodológica, orientada pelo campo dos estudos sobre os marcadores sociais da diferença e as interseccionalidades, sob a perspectiva da sócio-antropologia.

O que muda, no entanto, é o enfoque contextualmente concedido aos eixos temáticos e ao tratamento de dados, problemáticas e desafios. Ou seja, se há particularidades sensíveis a determinado grupo interlocutor, é papel do formador adequar a sua abordagem – e não o contrário. Sendo assim, embora a matriz curricular conceda uma linearidade perceptível a todos os processos formativos, o modo como se darão as exposições, as metodologias de participação e apresentação de casos e materiais será adaptado, tanto quanto for possível, às demandas da realidade concreta de cada serviço/grupo.

Sendo assim, disponho abaixo uma proposta inicial de reestruturação das abordagens hoje realizadas, visando tanto à adaptação das formações às vivências cotidianas dos educandos quanto ao fortalecimento da dimensão política dos debates travados, sobretudo nos dias de hoje.

Primeiro Bloco

Tabela 1

#1 Bloco	Eixos Temáticos	
Formações Intrasetoriais	Introdução aos Direitos Humanos	Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades
<p>Programa de Formação para Agentes Municipais da Rede de Serviços em Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC</p>	<p><u>“Introdução aos Direitos Humanos: Os servidores municipais como agentes de cidadania e os equipamentos da SMDHC”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados à SMDHC •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nos documentos oficiais e no cotidiano da rede de serviços da SMDHC •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia nos serviços da SMDHC •Sensibilizar os agentes municipais para situações reais de atendimento e tomada de decisão •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas e, se possível, estabelecer metas para o futuro •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo) 	<p><u>“Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas: Formação em Direitos das Mulheres e População LGBTI para Servidores Municipais da SMDHC”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva essencialista das diferenças no Brasil e nos órgãos públicos •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia nos serviços da SMDHC •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de certas condutas •Sensibilizar os agentes municipais para situações reais de atendimento e tomada de decisão •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI, tentando relacioná-las aos propósitos da SMDHC •Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo)

Segundo Bloco

Tabela 2

#2 Bloco Formações Intersetoriais	Eixos Temáticos	
	Introdução aos Direitos Humanos	Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades
Programa de Formação para Agentes da Rede Ensino Municipal - SME	<p><u>“Os Direitos Humanos e os Marcadores Sociais da Diferença na Educação”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados à escola pública •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nos documentos oficiais e nas práticas e saberes escolares •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia na educação e na escola •Sensibilizar os agentes municipais para situações reais aplicadas à educação •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas e, se possível, estabelecer metas para o futuro •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para a construção de uma educação pautada nos princípios democráticos de igualdade e valorização das diferenças <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo) 	<p><u>“Diferentes, Não Desiguais: Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades na Educação”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva essencialista das diferenças nos projetos de lei, nas reformas educacionais, planos de educação, práticas pedagógicas e currículos •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia na educação •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de certas condutas •Sensibilizar os agentes para situações reais aplicadas à educação •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI, tentando relacioná-las aos propósitos da SME •Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo)

<p>Programa de Formação para Agentes Municipais de Segurança Urbana - SMSU</p>	<p><u>“Introdução aos Direitos Humanos: Cidadania e Segurança Pública”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados à SMSU •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nos documentos oficiais e no exercício das funções ligadas à segurança •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia nos serviços da SMSU •Sensibilizar os agentes municipais (sobretudo a GCM) para situações reais e tomadas de decisão •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas e, se possível, estabelecer metas para o futuro •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para políticas de segurança urbana mais democráticas e igualitárias <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo) 	<p><u>“Gênero e Sexualidade em Pauta: Mulheres e População LGBTI sob a Perspectiva da Segurança Pública”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva essencialista das diferenças nas orientações ou manuais de conduta e no exercício diário das funções •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de certos comportamentos •Sensibilizar os agentes para situações reais aplicadas à segurança urbana •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI, tentando relacioná-las aos propósitos da segurança pública •Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo)
<p>Programa de Formação para Agentes da Rede Municipal de Saúde - SMS</p>	<p><u>“Os Direitos Humanos e o Direito Fundamental à Saúde: Um debate urgente sobre o direito à vida e à dignidade”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença 	<p><u>“Gênero, Sexualidade e Saúde: Mulheres e População LGBTI sob a Perspectiva dos DH”</u></p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo

	<ul style="list-style-type: none"> •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados à SMS •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nos documentos oficiais e no cotidiano da rede de serviços da SMS •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia nos serviços da SMS •Sensibilizar os agentes municipais para situações reais de atendimento e tomada de decisão •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas e, se possível, estabelecer metas para o futuro •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para a construção de um sistema público de saúde mais democrático e igualitário <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva biológica/essencialista das diferenças nas políticas e no exercício diário das funções •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de condutas cristalizadas nos serviços •Sensibilizar os agentes para situações reais aplicadas à saúde pública •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI, tentando relacioná-las aos propósitos do sistema municipal de saúde •Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>
<p>Programa de Formação para Agentes de Assistência Social do Município - SMADS</p>	<p><u>“Os Direitos Humanos e o Lugar da Diferença no Serviço Social”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados à SMADS •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nos documentos oficiais e no cotidiano da rede de serviços da SMADS •Propor caminhos para a mediação de conflitos em 	<p><u>“Mulheres, População LGBTI e Acolhimento: O trabalho da rede socioassistencial sob a ótica dos DH”</u></p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva essencialista das diferenças nas políticas e

Programa de Formação
para Agentes das Demais
Secretarias Municipais
- Prefeitura da cidade
de São Paulo

<p>situações reais do dia a dia nos serviços da SMADS</p> <ul style="list-style-type: none"> •Sensibilizar os agentes municipais para situações reais de atendimento e tomada de decisão •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas e, se possível, estabelecer metas para o futuro •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para a construção de uma rede de assistência social mais democrática e igualitária <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>	<p>no exercício diário das funções atreladas à SMADS</p> <ul style="list-style-type: none"> •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de condutas cristalizadas nos serviços •Sensibilizar os agentes para situações reais aplicadas à assistência social •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI, tentando relacioná-las aos propósitos do serviço social •Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>
<p><u>“Os Direitos Humanos e o Lugar da Diferença no Serviço Social”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados às diferentes secretarias •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nos documentos oficiais e no cotidiano das redes de serviços •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia nos serviços das secretarias •Sensibilizar os agentes municipais para situações reais de atendimento e tomada de decisão •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas e, se possível, estabelecer metas para o futuro •Realçar e descrever como a educação em direitos 	<p><u>“Gênero e Sexualidade: Formação em Direitos das Mulheres e População LGBTI para Servidores Municipais”</u></p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva biológica/essencialista das diferenças nas políticas e no exercício diário das funções •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de condutas cristalizadas nos serviços •Sensibilizar os agentes para situações reais aplicadas às redes e secretarias •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de

<p>humanos pode contribuir para a construção de uma rede municipal de serviços mais democrática e igualitária</p> <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>	<p>direitos dos movimentos feministas e LGBTI, tentando relacioná-las aos propósitos da rede municipal de serviços</p> <p>•Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas</p> <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>
---	---

Terceiro Bloco

Tabela 3

#3 Bloco	Eixos Temáticos	
	Introdução aos Direitos Humanos	Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades
<p>Formações Extrasetoriais</p> <p>Projeto de Extensão para Formação de Multiplicadores - <i>Universidades, grupos de pesquisa e organizações da sociedade civil</i></p>	<p><u>“Os Direitos Humanos e os Marcadores Sociais da Diferença”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados às questões dos DH e da diferença •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nas instituições e nos movimentos sociais •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para a construção de sociedade mais democrática e igualitária •Formar multiplicadores orgânicos para a ação política e educativa nos seus próprios territórios 	<p><u>“Diferentes. Não Desiguais: Gênero e Sexualidade em Perspectiva Interseccional”</u></p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva biológica/essencialista das diferenças em projetos de lei, decretos, políticas públicas, cultura, mídia e cotidiano •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de condutas cristalizadas socialmente •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI

	<p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>	<p>•Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas</p> <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>
<p>Projeto de Extensão para Formação de Docentes do Ensino Básico (EF e EM) e da Educação Popular - <i>Escolas da rede estadual e privada, cursinhos comunitários, iniciativas de educação não-formal e coletivos</i></p>	<p><u>“Os Direitos Humanos e os Marcadores Sociais da Diferença na Educação”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar planos, diretrizes, projetos de lei, legislações e dados relacionados à educação formal e não-formal •Fomentar a discussão sobre as políticas de valorização da diferença nas práticas e nos saberes compartilhados em contextos de ensino e aprendizagem •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia na educação formal e não-formal •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para a construção de uma educação pautada nos princípios democráticos de igualdade e valorização das diferenças •Formar profissionais ou ativistas da educação para que possam atuar politicamente nos seus territórios •Oferecer subsídios para que possam multiplicar autonomamente o conhecimento adquirido entre seus colegas e alunos <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>	<p><u>“Diferentes, Não Desiguais: Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades na Educação”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Abordar possíveis processos de discriminação reproduzidos pela perspectiva essencialista das diferenças nos projetos de lei, nas reformas educacionais, planos de educação, práticas pedagógicas e currículos •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia na educação •Fomentar uma postura crítica sobre as implicações éticas e políticas de certas condutas •Sensibilizar os agentes para situações reais aplicadas à educação •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI, tentando relacioná-las aos propósitos da educação •Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas <p>Carga horária: •8h (2h por módulo)</p>

<p>Projeto de Extensão para Formação de Estudantes do Ensino Básico - <i>Escolas da rede estadual e privada e coletivos de estudantes</i></p>	<p><u>“Vamos falar sobre os direitos humanos?”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de direitos humanos e educação em direitos humanos • Introduzir as noções de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Compartilhar notícias e dados relacionados às questões dos DH e da diferença entre os mais jovens e no ambiente escolar •Fomentar a discussão sobre a maneira como a valorização da diferença se materializa nas relações cotidianas e nos currículos da escola •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas •Realçar e descrever como a educação em direitos humanos pode contribuir para a construção de sociedade mais democrática e igualitária <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo) 	<p><u>“Diversidade x Desigualdade: Somos todos diferentes ou somos todos iguais?”</u></p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar histórico político e conceitual sobre a noção de igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas dos marcadores sociais da diferença no Brasil e na cidade de São Paulo •Introduzir a discussão sobre as interseccionalidades na articulação entre categorias como gênero, sexualidade, “raça”, classe e geração •Problematizar formas de poder, produções de desigualdades, violências e naturalizações da diferença de gênero e sexualidade •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais do dia a dia na escola e/ou nos coletivos •Compartilhar histórias, reivindicações e agendas de direitos dos movimentos feministas e LGBTI •Refletir e descrever modos de avançar na sensibilização dessas questões e na transformação de possíveis práticas preconceituosas <p>Carga horária:</p> <ul style="list-style-type: none"> •8h (2h por módulo)
---	---	--

Aos blocos formativos descritos acima acrescenta-se também uma proposta de *oficina* educativa com carga horária reduzida (total de quatro horas), visando à formação complementar nas questões relativas à “raça”/cor e racismos no Brasil. A oficina pode ser ministrada em caráter de formação de curta-duração ou acoplada aos cursos.

Bloco Complementar

Tabela 4

<p>Oficina</p> <p>Formação Complementar</p>	<p>Eixo Temáticos</p> <p>Direitos Humanos e Diferença Étnico-Racial</p>
<p>Oficina de Aprofundamento nas Questões Relativas à Diferença de “Raça”/Cor - <i>Todos os públicos</i></p>	<p><u>“Vidas Negras Importam? “Raça” e Racismos no Brasil”</u></p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apresentar conceitos básicos sobre direitos humanos, igualdade e diferença •Oferecer panorama sobre as problemáticas históricas em torno da diferença de “raça”, cor e etnia no Brasil e em São Paulo

	<ul style="list-style-type: none"> •Contribuir para a conscientização sobre a experiência do racismo nos diferentes contextos (mídia, educação, religião etc) •Propor caminhos para a mediação de conflitos em situações reais de preconceito e discriminação •Refletir sobre modos de avançar na transformação de práticas preconceituosas •Realçar e descrever a importância da educação em direitos humanos para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária para todos <p>Carga horária: •4h (2h por módulo)</p>
--	---

Por fim, vale ressaltar que tal estrutura de reelaboração das atividades do Departamento de Educação em Direitos Humanos trata-se de uma proposta e, não, de um quadro fechado e definitivo. Com isso, importa dizer que tanto os eixos temáticos, quantos os títulos dos cursos e os objetivos traçados não são mais do que provisórios, estando todo o documento aqui descrito sujeito a alterações e aprovações. Convém enfatizar também que a delimitação de pautas, demandas e referências para a composição das formações está condicionada à articulação com os grupos interlocutores envolvidos.

2.3. Sistematizando o acervo: O que já se tem e o que se pretende fazer

Ao trabalho de articulação com agentes das redes de serviços, secretarias, instituições, organizações da sociedade e movimentos sociais, somam-se a busca e a sistematização catalográfica de novos e antigos acervos de pesquisas bibliográficas e referências técnicas (produções acadêmicas, documentos oficiais, pesquisas de dados e estatísticas, relatórios, conteúdos legislativos, cadernos temáticos, coleções, manuais, registros históricos etc) e mapeamento de materiais multimídia (produções audiovisuais, como vídeos, filmes e animações, recursos disponíveis na web, como portais de monitoramento, páginas/perfis de redes sociais e sites informativos etc). A organização do banco de materiais de apoio inclui também os materiais formativos das atividades educativas já realizadas pelo DEDH, sob gestões anteriores e atual.

A sistematização do acervo documental, o levantamento qualitativo e quantitativo do histórico de formações e a criação de novos bancos de dados e materiais de apoio compõem o esforço de reelaborar as ações educativas de forma concisa, consistente e amparada por dispositivos reais de informações.

3. Plano de trabalho: Cronograma geral e metodologia

As diferentes etapas do projeto constam das entregas parciais dos produtos descritos no edital e contam, cada qual, com um cronograma e princípio metodológico específico, conforme exposto abaixo.

3.1. Produto 1

“DOCUMENTO TÉCNICO 1: Documento Técnico contendo subsídios para composição de material didático e paradidático sobre Educação em Direitos Humanos a ser utilizado em atividades formativas do DEDH” (Edital de contratação da consultoria).

Cronograma

Período	Atividade	Status
25 set – 18 nov	Ambientação, alinhamentos iniciais e acessos às redes e espaços	Finalizado
	Revisão das diferentes formações realizadas pelo DEDH e identificação dos pontos fortes e fracos	Finalizado
	Revisão do conteúdo dos materiais de apoio utilizados pela SMDHC nas atividades de formação	Finalizado
	Catálogo do acervo de materiais didáticos existentes em meio eletrônico (pastas do DEDH)	Finalizado
	Pesquisa bibliográfica preliminar sobre a produção de materiais didáticos e paradidáticos de EDH	Finalizado
	Participação em reuniões de alinhamento interno e parcerias com universidade e SME	Em andamento
	Apresentação e produção do relatório	Finalizado

3.2. Produto 2

“DOCUMENTO TÉCNICO 2: Documento Técnico consolidado contendo material didático e paradidático sobre Educação em Direitos Humanos para publicação a ser utilizado em atividades formativas do DEDH” (Edital de contratação da consultoria).

Cronograma

Período	Atividade	Status
19 nov – 25 jan	Definição dos eixos temáticos, conteúdos programáticos e públicos interlocutores envolvidos	Aguardando aprovação
	Pesquisa bibliográfica e material multimídia para a produção das formações ligadas à educação, escola e projetos de extensão	Em andamento

Catálogo do acervo de materiais existentes no espaço físico da SMDHC e dos CEDH (bibliotecas e videotecas)	Em aberto
Análise de documentos oficiais, legislativos, relatórios, pesquisas e bancos de dados publicados por órgãos públicos e privados e por organizações da sociedade civil para a produção das formações ligadas à educação, escola e projetos de extensão	Em aberto
Produção de entrevistas/depoimentos no formato de vídeo com a participação de especialistas, servidores e/ou ativistas convidados ligados à diversidade, educação, escola, infância e juventude	Em aberto
Participação em reuniões de alinhamento interno e parcerias com universidade e SME	Em andamento
Articulação com a rede de serviços de SMDHC e outras instituições públicas ligadas à diversidade, educação, escola, infância e juventude	Em andamento
Apresentação e produção dos materiais produzidos e relatório	Em aberto

3.3. Produto 3

“DOCUMENTO TÉCNICO 3: Documento Técnico contendo propostas de metodologias participativas em educação para atividades formativas em Educação em Direitos Humanos oferecidas pelo DEDH” (Edital de contratação da consultoria).

Cronograma

Período	Atividade	Status
26 jan – 24 mar	Revisão dos materiais produzidos e entregues no Produto 2	Em aberto
	Pesquisa bibliográfica e material multimídia para a produção das formações ligadas à rede de serviços da SMDHC, áreas da saúde, segurança urbana e assistência social e demais secretarias	Em aberto
	Catálogo do acervo de materiais existentes no espaço físico da SMDHC e dos CEDH (bibliotecas e videotecas)	Em aberto
	Análise de documentos oficiais, legislativos, relatórios, pesquisas e bancos de dados publicados por órgãos públicos e privados e por organizações da sociedade civil para a produção das formações ligadas à diversidade aplicada à rede de serviços da SMDHC, áreas da saúde, segurança urbana e assistência social e a demais secretarias	Em aberto
	Produção de entrevistas/depoimentos no formato de vídeo com a participação de especialistas, servidores e/ou ativistas convidados ligados à diversidade com conteúdos ou depoimentos relacionados à rede de serviços da SMDHC, áreas da saúde, segurança urbana e assistência social e a demais secretarias	Em aberto

Participação em reuniões de alinhamento interno e parcerias com universidade e SME	Em andamento
Articulação com a rede de serviços de SMDHC, áreas da saúde, segurança urbana e assistência social e a demais secretarias	Em aberto
Criação e sistematização de banco de metodologias participativas aplicáveis aos objetivos de cada curso e público-alvo;	Em aberto
Apresentação e produção dos materiais produzidos e proposição de ferramentas de monitoramento e avaliação das ações	Em aberto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é importante ressaltar a relevância nos campos político, social e cultural do empreendimento proposto pelo acordo de cooperação firmado entre a Unesco e a SMDHC, em São Paulo. Associar os direitos humanos mais do que a uma ideia abstrata de democracia, igualdade e diferença (ou seja, ao fato de que se trata de direitos universais, independentemente das condições sociais, culturais políticas etc), voltam-se os olhos para o trabalho prático do Departamento de Educação em Direitos Humanos, no chão das instituições e ao lado de quem as constrói todos os dias.

Almeja-se, assim, contribuir para a transformação social de forma programática, levando em consideração as realidades concretas dos sujeitos envolvidos e a experiência pautada sobre o encontro das diferenças carregam no corpo, no exercício cotidiano dos diferentes serviços públicos (educação, saúde, segurança, juventude, mulheres, LGBT etc) e do outro lado do atendimento. Desse modo, torna-se tão viável quanto imprescindível o investimento nas atividades de formação em EDH, capazes de contribuir eficientemente para o desenvolvimento da autonomia e da perspectiva crítica e engajada de servidores e usuários.

Concluo, porém, apontando algumas ressalvas. Como é de se imaginar, reelaborar um projeto de formação em Educação em Direitos Humanos que corresponda, ao mesmo tempo, aos anseios de compreensão dos sujeitos, às normativas institucionais, à agenda dos direitos e ao quadro geral da conjuntura nacional é tarefa árdua. Daí, a ênfase nas limitações constitutivas desta atividade de consultoria, inerentes à delimitação do escopo encomendado e da exequibilidade das ações no tempo previsto. Por esse motivo, registro aqui a importância de atualizar e prolongar os caminhos abertos pelo resultado do presente trabalho a partir da antecipação de possíveis desdobramentos e do esforço contínuo para o aprimoramento das atividades de formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, M. V. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? São Paulo, FE-USP, 2000 (palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos).

BENEVIDES, M. V. Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo, p. 1-11, jan., 2013.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Revista Estudos Feministas, Ano 10, 1º Semestre: 2002.

FREIRE, P. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

hooks, b. Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Editora Martins Fontes, São Paulo: 2013.

PISCITELLI, A. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. In: Revista Contemporânea, v. 3, nº 2, São Carlos/SP: 2013.

RUBIN, G. Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Tradução, 1984.

SANTOS, B. de S. A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, J. A.; FRANCA, I. L. e MACEDO, M. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. In: Cad. Pagu [online], n.35, pp.37-78: 2010.